



GUINÉ-BISSAU

A asfixia do narcotráfico



KIVU DO NORTE

Espinho cravado na RDC



ÁGUA E SANEAMENTO

Parcerias Angola-Portugal

INFORMAÇÃO, ECONOMIA E ANÁLISE

AFRICA 21

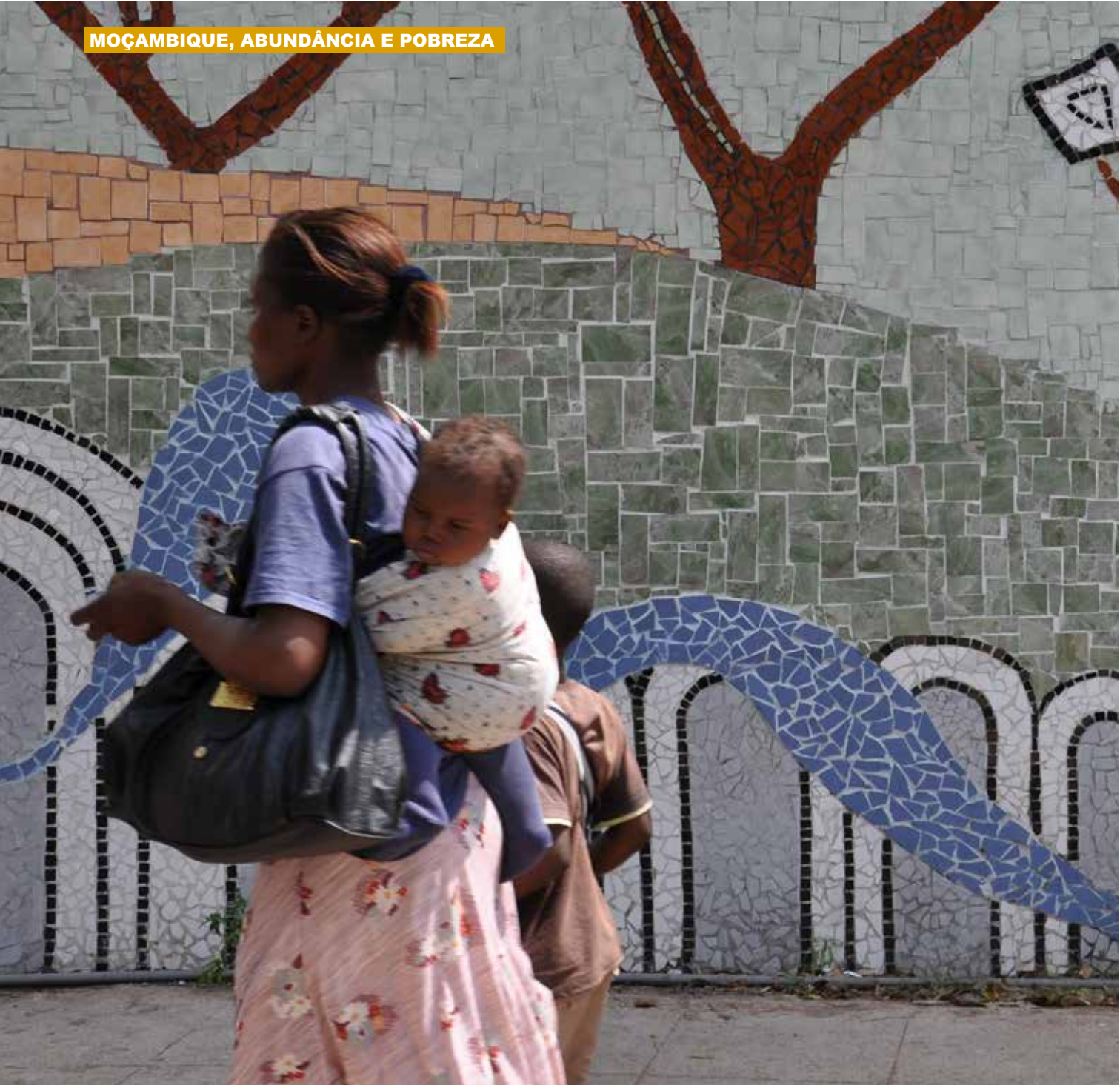
Nº 70 • DEZ/JAN 2013 - 500 Kz / 4 USD / 3 € / R\$ 15

MOÇAMBIQUE

O desafio da abundância

Moçambique mostra recursos e índices de crescimento invejáveis, mas a maior parte da população vive no limiar da pobreza e sucedem-se as ameaças de revolta social





MOCAMB

A³vertigem



O crescimento é acelerado, mas o equilíbrio é precário. A economia moçambicana está a crescer a um ritmo imparável, chegando a ser comparada ao dragão chinês. As notícias sobre novas descobertas de carvão e gás sucedem-se, com o investimento direto estrangeiro a colocar Moçambique entre os cinco países mais apetecíveis do mundo. No entanto, as assimetrias sociais são profundas e começam a ouvir-se vozes de alerta sobre a vertigem dos recursos. Em cinco anos apenas, houve três ameaças de revolta social e o maior partido de oposição acantonou-se no centro do país, acusando o Governo de querer ficar com o bolo todo. Para o economista social Jeffrey Sachs, o país terá que revelar um «sentido de missão histórica» para garantir que a abundância chega a todos.

CRISTIANA PEREIRA, EM TETE
TEXTO E FOTOS

IQUE dos recursos

O desafio da abundância

Nos últimos dois anos, Moçambique catapultou-se para a ribalta da economia mundial, com recursos e índices de crescimento invejáveis numa altura em que o Hemisfério Norte está mergulhado numa crise profunda. No entanto, a maior parte da população vive ainda no limiar da pobreza e sucedem-se as ameaças de revolta social. Como irá Moçambique abraçar o desafio da abundância?

AOS 40 ANOS, Raquel trabalhava doze horas seguidas, debaixo de um sol impietoso, peneirando a terra em busca de pepitas reluzentes. Entre as 5h da manhã e as 17h, fazia uma pausa de cinco minutos para tomar uma refeição junto das suas companheiras de garimpo, naquela mina de ouro da região de Angónia. Ao fim do dia, deitava o corpo cansado numa tenda improvisada a partir de uma cobertura de plástico. Estava na província de Tete, a mais quente de Moçambique, onde o mercúrio chega a ultrapassar os 45 graus.

«Tinha ido procurar formas de alimentar as crianças», diz esta mãe de três filhos menores, na sua casa de uma divisão, feita de tijolo de barro e teto de colmo, no distrito de Changara, na mesma província.

É também em Tete onde ficam as cobiçadas reservas de carvão metalúrgico, que estão a ser exploradas por diversas empresas nacionais e estrangeiras para alimentar o mercado internacional, onde predominam as indústrias insaciáveis da China e da Índia. Na capital provincial, a duas horas de avião de Maputo, as rendas dispararam para acolher o batalhão de trabalhadores, investidores e especuladores atraídos pela promessa do carvão. Um aparta-

mento tipo 2 pode atingir os 3000 dólares, valor considerado «pornográfico» por alguns observadores. Os alojamentos multiplicaram-se, com o recém-inaugurado Hotel Park Inn, da cadeia Radisson, a cobrar mais de 200 dólares por um quarto *standard*. Onde antes «se divisavam apenas arbustos de estepe e ruminantes, deambulando em pasto livre», como afirmou o Presidente da República na inauguração, ergue-se hoje um edifício moderno de vidros espelhados, com centro de conferências, piscina e 117 quartos.

«Tete agiganta-se como um exemplo da forma como a exploração dos recursos naturais tem um impacto catalisador direto noutros setores da vida social e económica da nação moçambicana», referiu Armando Guebuza na ocasião. «Nesta cidade, por exemplo, este impacto é ilustrado pelo aumento da frota de táxis; do tráfego, com os inevitáveis engarrafamentos; pelo florescimento do setor imobiliário; e pelo surgimento de diversas atividades sociais e económicas».

Um relatório do banco BPI sobre Moçambique, publicado em novembro de 2012, refere que as exportações de carvão do primeiro trimestre de 2012 corresponderam a 14% das exportações totais e eram a segunda maior fonte de receita, logo





atrás das exportações de alumínio. «As exportações deste recurso natural poderão aumentar de um milhão de toneladas em 2011 para 15 milhões em 2016, dependendo do progresso registado na modernização da rede de transportes nacional», avança o mesmo documento.

De repente, o país passou a constar diariamente nas páginas dos jornais internacionais – *Wall Street Journal*, *Herald Tribune*, *Financial Times*, entre outros. Mas desta vez, já não se fala de conflitos, catástrofes naturais nem de fome. Agora fala-se de recursos. O carvão é apenas um item numa lista extensa que inclui reservas astronómicas de gás natural, um enorme potencial de energia hídrica, milhares de hectares para agricultura, destinos paradisíacos para o turismo, entre outros.

Na exploração das reservas de carvão metalúrgico predominam as indústrias insaciáveis da China e da Índia

«Quatro das cinco maiores descobertas mundiais de petróleo e gás deste ano foram em Moçambique», escreve o *The New York Times* num artigo publicado no início de dezembro. «Com estas descobertas, Moçambique – que até aqui tinha uma reduzida produção de petróleo e gás – poderá vir a pertencer à primeira liga de exportadores de gás, juntando-se a países como Qatar e Austrália».

Em termos de potencial hídrico, Moçambique tem uma capacidade de produção de eletricidade estimada em 12.000 MW, podendo afirmar-se nos próximos anos como o principal abastecedor de energia hidroelétrica da região da África Austral. Na área do turismo, com praias virgens, ilhas remotas, reservas naturais e um património histórico e cultural riquíssimo, o país pretende ver o número anual de visitantes aumentar dos cerca de 900 mil que tinha em 2002 para quatro milhões em 2025.

Este caleidoscópio de recursos resulta numa miragem de abundância que atrai cada vez mais investidores internacionais. «A entrada de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) no país atingiu um máximo histórico em 2011, colocando Moçambique na quinta posição entre os países

que mais atraem investimento estrangeiro», acrescenta o relatório do BPI, citando o Relatório de Investimento Mundial de 2012 da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). O BPI refere que, em 2011, o *stock* de investimento estrangeiro no país aumentou 39% face ao ano anterior, atingindo um máximo de 58,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Desses investimentos, mais de três quartos (84%) foram dirigidos para o setor de extração mineira, com o Brasil a liderar a lista de IDE com uma quota de 40% do total.

No entanto, alguns são mais céticos em relação à quimera dos recursos e as vozes de alerta começam a ouvir-se. «Se fosse por mim, deveríamos desacelerar a exploração dos recursos minerais. Andamos a 200 quilómetros por hora e devíamos andar a dez por hora», afirmou recentemente o reputado economista Firmino Mucavele. «Se os atuais níveis de anúncio e exploração dos recursos minerais se mantiverem, daqui a alguns anos Moçambique só ficará com buracos, enquanto os outros levarão dinheiro e irão embora».

UM FOSSO ABISMAL

A catadupa de notícias sobre as descobertas de carvão e gás parece prometer uma solução milagrosa para a «luta contra a pobreza», bandeira que o Governo ergueu desde que Guebuza foi eleito para um primeiro mandato, em 2005. «Apesar de partir de uma base reduzida, o país poderá em breve assumir-se como uma das economias com maior crescimento económico, conseguindo superar as taxas de crescimento registadas na China», refere o relatório do BPI.

Mas o fosso entre as receitas projetadas pelos investidores e o nível de vida das populações é abismal. Mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza e Moçambique está entre os cinco países do mundo (184.º em 187) que apresentam o pior comportamento em termos de desenvolvimento humano.

As dificuldades que a maior parte da população enfrenta para conseguir sobreviver vão gerando um cansaço que, por mais de uma vez, resultou em manifestações violentas. Em cinco anos, registaram-se três paralisações com diferentes graus de intensidade: fevereiro de 2008, setembro de 2010, e, mais recentemente, novembro de 2012. O crescimento é acelerado, mas o equilíbrio é precário.

Raquel deixou para trás os filhos e um pequeno negócio informal de venda de tomate para tentar a

Quatro das cinco maiores descobertas mundiais de petróleo e gás deste ano foram em Moçambique, diz o *The New York Times*

sorte nas minas de ouro. Viajou durante dois dias, percorrendo os últimos 30 km a pé para penetrar na zona fronteiriça ao Malawi onde a terra é generosa e os homens são agrestes. Ao fim de doze horas de trabalho, ganhava um balde de terra. O ouro que porventura apanhasse nesse recipiente era variável e constituía a remuneração do seu trabalho; aquilo que encontrasse era vendido aos donos da mina por um total que nunca ultrapassava os 100 meticais (menos de 4 dólares) por dia.

«Quando cheguei lá, vi que o trabalho era muito e era duro», recorda Raquel, que agora está de volta a casa. «Tem muitas mulheres a trabalhar lá».

Enquanto esteve fora, os filhos ficaram entregues à própria sorte. Norege, de 17 anos, desper-



Em Tete há 64 mil crianças identificadas como órfãs ou vulneráveis

tou para o dinheiro fácil, ajudando pessoas a atravessar clandestinamente a fronteira entre Moçambique e o Zimbábue. O do meio, Maxwell, de 14 anos, saltita entre um país e o outro. Ambos abandonaram a escola e não têm grandes perspectivas de sair daquele ciclo vicioso.

Na província de Tete, que acolhe as principais reservas de carvão, os índices de pobreza são extremos, com mais de 64 mil crianças identificadas como órfãs ou vulneráveis (a nível nacional serão cerca de dois milhões). Entre essas, apenas 54 mil recebem algum tipo de assistência social, estando as restantes votadas ao abandono devido à falta de capacidade do Estado ou dos parceiros de cooperação de abranger todas elas. Por outras palavras,

extraordinárias, recursos insuficientes e informação dispersa para lidar com casos de vulnerabilidade extrema. Andam de «chapa» (transporte público) e tiram do seu próprio bolso porque são incapazes de virar as costas a uma avó com cinco menores a seu cargo.

A nível nacional, o setor da Ação Social – responsável por atender as necessidades das populações potencialmente mais vulneráveis (mulheres, idosos, portadores de deficiência e crianças) – é o mais desfalcado em termos de recursos humanos, materiais e financeiros. Cerca de 90% dos postos de trabalho que seria necessário preencher para que o sistema de proteção social funcionasse está desocupado por falta de meios.

Moçambique está entre os cinco países do mundo em desenvolvimento humano



Moçambique tem milhares de hectares disponíveis para a agricultura

cerca de 10 mil crianças – numa só província – estão potencialmente expostas a pobreza extrema, desabrigo, doença, fome, desnutrição, nanismo, violência doméstica, abusos sexuais, trabalho infantil, casamento prematuro, abandono escolar, marginalidade, entre outros flagelos.

Os técnicos de ação social, quando existem (nem todos os distritos os têm), enfrentam horas

«A situação das crianças em Moçambique é de tal forma alarmante que é necessário uma mobilização imediata dos parceiros e uma mudança radical de abordagem», alerta Mayke Huijbregts, chefe do setor de Proteção da Criança, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Moçambique. «A boa notícia é que o Governo tem intensificado esforços no sentido de criar um

O FANTASMA DA INSTABILIDADE

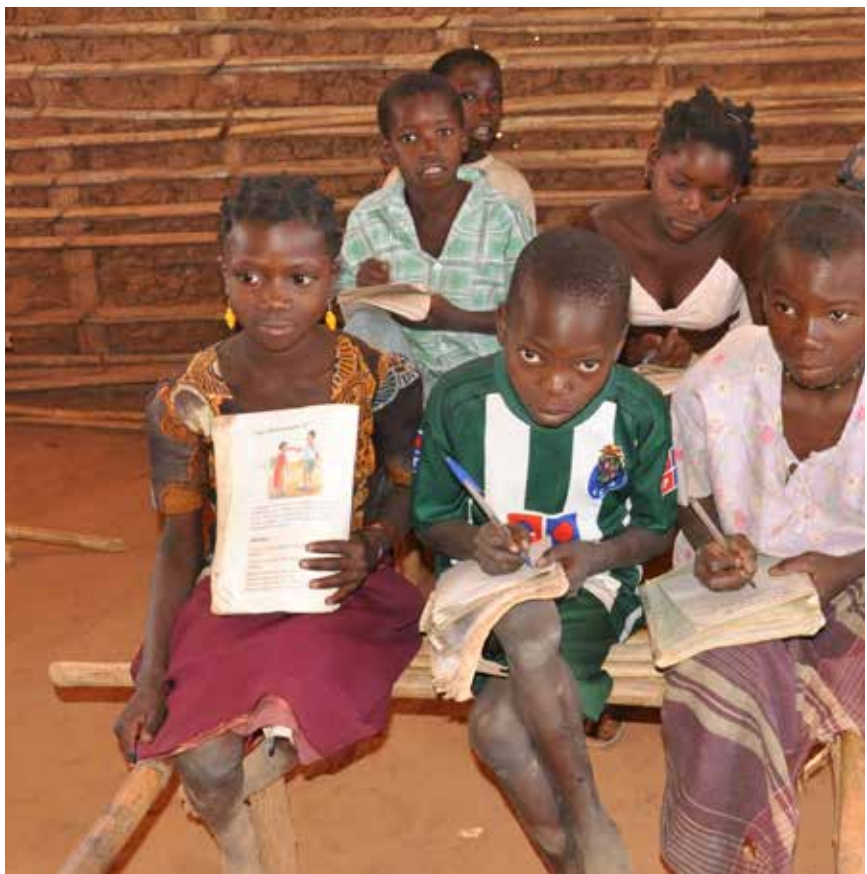
Com a euforia dos recursos a tomar conta do país, o maior partido da oposição em Moçambique – que travou uma luta de 16 anos contra a Frelimo – acantonou-se nas suas antigas bases, na província de Sofala, acusando o partido no poder de não respeitar os acordos de paz assinados entre as duas partes a 4 de outubro de 1992.

Desvalorizando inicialmente as ameaças de Afonso Dhlakama de regressar às armas, a Frelimo acabou por constituir uma comissão para debater as exigências da Renamo, que se queixa igualmente da partidarização do Estado, falta de igualdade no acesso às oportunidades económicas existentes no país e supostas fraudes eleitorais.

«A maior evidência é que neste momento, depois de 20 anos das FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique), de 31 oficiais superiores e generais, 27 são originários da Frelimo e apenas quatro da Renamo», afirmou o chefe da delegação da Renamo no Acordo de Formação das FADM, em declarações ao jornal *Canal de Moçambique*.

A Renamo, que conseguiu apenas 16% dos votos nas eleições gerais de 2009, tem 51 deputados na Assembleia da República contra 191 da bancada da Frelimo. «Contrariamente à Frelimo, a Renamo nunca conseguiu fazer a transformação de movimento rebelde em partido político devidamente organizado», considera o analista sul-africano, Fabian Scherer. «Continua organizada segundo uma lógica militar, mantendo Dhlakama como líder glorificado».

A posição da Renamo gerou algum nervosismo ao nível da região, com o Zimbábwe a destacar tropas para patrulhar cerca de 1000 km de fronteira caso houvesse alguma tentativa de incursão por parte das forças da Renamo no território vizinho. No entanto, a perspetiva de se deflagrar um novo conflito armado parece reduzida. O contexto atual difere bastante do palco geopolítico da década de 1980, em que interessava aos regimes do apartheid, na África do Sul, e de Ian Smith, na antiga Rodésia, desestabilizar o Moçambique independente de Samora Machel, aliado dos movimentos nacionalistas do ANC e ZANU-PF.



Quase metade dos moçambicanos tem menos de 15 anos

Nos próximos anos Moçambique será o principal abastecedor de energia hidroelétrica da região da África Austral

sistema holístico de proteção das crianças, trabalhando em concertação com as Nações Unidas, a sociedade civil e organizações religiosas».

A fatia do Orçamento de Estado destinada aos programas de Ação Social tem aumentado gradualmente nos últimos anos – mas, ainda assim, não ultrapassa 1%. Por outro lado, o ministério do Interior tem uma dotação três vezes superior ao da Agricultura. Para o investigador António Francisco, do Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE), «ter muitos filhos continua a ser a principal forma de proteção social em Moçambique». Entre a população rural, a média é de 6,6 por mulher.

RESPONSABILIDADE OU VISIBILIDADE?

As condições de vida da população poderão melhorar com o número crescente de investidores,





tendo em conta a criação de empregos, a receita fiscal e os programas de responsabilidade social corporativa. Na província de Tete, os chamados «megaprojetos» terão contribuído para a criação de cerca de 26 mil postos de trabalho, o que corresponde a pouco mais de 1% da população da província, que totaliza 2,13 milhões de habitantes.

Em termos de receitas para o Estado, o Governo anunciou recentemente que os novos projetos passariam a ter de pagar o Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas, cuja taxa é de 32%, enquanto até à data as empresas envolvidas tinham os seus rendimentos isentos de qualquer obrigação fiscal. O único incentivo de que os

Na província de Tete os índices de pobreza são extremos com mais de 64 mil crianças identificadas como órfãs ou vulneráveis



grandes projetos beneficiam agora consiste na isenção, por um período de cinco anos, de direitos para a importação e utilização de maquinaria usada em pesquisas.

«O Governo tem vindo a fazer os necessários ajustamentos à Lei, de modo a que estas empresas (de exploração de recursos naturais) contribuam com um peso mais significativo no Orçamento do Estado, tendo inclusivamente, para os novos contratos, eliminado os incentivos que inicialmente foram praticados», afirmou o primeiro-ministro, Alberto Vaquina, em sessão plenária.

No âmbito da responsabilidade social, as iniciativas parecem ganhar maior expressão com a pressão crescente que existe sobre o setor privado para que invista nas comunidades envolventes e participe ativamente na agenda nacional de luta contra a pobreza.

Recentemente, as empresas carboníferas Jindal (Índia) e ENRC (Cazaquistão) assinaram um memorando de entendimento com a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) com vista ao abastecimento de água potável à vila de Chitima, sede do distrito de Cahora Bassa onde se localiza a barragem do mesmo nome. O investimento, or-

Moçambique é o 184.º, em 187 lugares, no índice de desenvolvimento humano

Em cinco anos registaram-se três greves com diferentes graus de intensidade



A capacidade de produção de energia hidroelétrica moçambicana é de 12.000 MW

çado em cerca de três milhões de dólares, segundo fontes próximas do processo, prevê o desvio da água a partir da albufeira de Cahora Bassa para uma estação de tratamento de água e bombagem para abastecer a vila de cerca de 36 mil habitantes.

Também em 2012, ano em que se comemora o quinto aniversário da reversão da HCB para Moçambique, a empresa investiu massivamente na construção de um hospital no Zumbo, o ponto mais ocidental do país, no extremo oposto da albufeira em relação à central hidroelétrica. A brasileira Vale, por sua vez, ofereceu no início de dezembro 100 bicicletas, de um lote de 750, aos residentes da comunidade que foi alvo de reassentamento devido à exploração de carvão em Moatize.

«É unânime o pensamento de que os grupos económicos que geram riqueza em mercados carenciados têm obrigação de intervir de forma positiva na sociedade através da implementação de projetos que aliviem a pobreza, melhorem as condições de vida e lancem as bases para o desenvolvimento sustentável dos países e do planeta», afirmou Celso Correia, presidente do Conselho de Administração do grupo moçambicano Insittec, num artigo publicado em 2009.

No entanto, nem todos se deixam deslumbrar pelas intervenções dos investidores privados na área social. «O que eu estou a ver agora é que aquilo que fazem é mínimo», critica a diretora provincial da Mulher e da Ação Social em Tete, Ana Paula Ferreira. «Parece-me que (algumas empresas) estão mais preocupadas em aparecer do que em aprofundar as necessidades da população local».

Por sua vez, o investigador António Francisco acredita que é preciso reforçar as instituições, em vez de ficar à espera «do milagre ou lotaria dos recursos naturais». «A chave de uma proteção social dignificante está na qualidade das instituições, em vez da lucratividade dos recursos», defende Francisco. «Enquanto, ou se, tais recursos naturais continuarem controlados pelo Estado, em vez dos cidadãos, os legítimos donos e gestores, falar de inclusividade é ficção não científica; sobretudo se é um Estado vivendo para si próprio e para os seus agentes, enquanto a generalidade da população permanece abandonada à sua sorte».

Nota: A autora deslocou-se a Tete com apoio da UNICEF

Como evitar a maldição dos recursos

Numa entrevista exclusiva, o diretor do Earth Institute da Universidade de Columbia (EUA) e conselheiro especial do secretário-geral da ONU, Jeffrey Sachs, abandona a visão meramente tecnicista de injeção de recursos como solução para a criação de riqueza e reconhece a importância de valores como a governação e a transparência para que os países em desenvolvimento registem um crescimento efetivamente inclusivo.



Já afirmou que a próxima década é crítica para Moçambique, podendo representar um ponto de viragem ou uma ameaça. Quais serão os fatores determinantes?

Jeffrey Sachs O fator mais importante, apesar de parecer um pouco cliché, é a boa governação. Moçambique tem recursos extremamente valiosos. Há muito interesse da parte de investidores que querem explorar os recursos minerais, hidrocarbonetos, a agricultura e as áreas turísticas. Moçambique é um país maravilhoso com uma enorme beleza natural e recursos naturais, mas a experiência diz-nos que essas qualidades enfrentam um enorme risco de serem mal aproveitados e de ficarem condicionados por gestão danosa, corrupção ou ganhos externos que não beneficiam a população local. Tudo isso é conhecido como a maldição dos recursos e Moçambique enfrenta esse risco.

Uma sociedade aberta, transparente e inclusiva é uma condição para que haja crescimento económico?

Certamente ajuda. Há países que se desenvolveram porque, acima de tudo, os governos estavam apostados em acertar. Em alguns casos são sociedades transparentes, noutros não. Mas há algo comum a todos os países bem-sucedidos: havia limites à corrupção, um sentido de lei e ordem, e uma determinação por parte do Governo em fazer bem as coisas. Havia um sentido de missão histórica.

O senhor tem o poder de influenciar os centros de decisão, nomeadamente o Banco Mundial e o FMI. Sente-se parcialmente responsável por alguns erros do passado que já foram admitidos publicamente?

Comecei a aconselhar países em desenvolvimento em 1985, na Bolívia, e passados alguns meses, percebi que a posição do FMI na questão da dívida externa castigava

muito os países mais pobres. Por isso, entrei numa batalha com o FMI que durou mais de 20 anos. Fui muito crítico e nunca vivi ou trabalhei em Washington durante esse período. No caso de África, penso que o Banco Mundial falhou redondamente ao insistir na privatização, privatização, privatização...

Costuma dar muita ênfase ao setor da agricultura. Como é que um pequeno produtor em Moçambique pode competir num mercado global?

A ideia é simples. Se um agricultor em Moçambique vive num estado de pobreza,

Surpreende-me um pouco que a África do Sul não esteja a desempenhar um papel mais amplo em Moçambique

RESULTADOS MISTOS NA CORRUPÇÃO

O Índice de Percepção da Corrupção, publicado anualmente pela ONG Transparency International, revela resultados mistos no que toca ao comportamento de Moçambique. Se, por um lado, o país melhorou o seu índice de 27 para 31 (numa escala de 0 a 100), por outro lado, piorou o seu ranking comparativamente aos outros países. A posição ocupada em 2011 era 120.^a, tendo descido em 2012 para 123.^a

Citado pelo jornal *Mediabox*, Adriano Nuvunga, diretor do Centro de Integridade Pública, considera os atuais níveis de corrupção existentes no país como sendo «problemáticos, não só em termos de atração de investimentos, mas também para a credibilidade das instituições públicas». Moçambique partilha o 123.º lugar do ranking com Mauritânia, Serra Leoa e Vietname. Na primeira posição, com uma pontuação de 90, estão Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia.

não usa fertilizantes, não consegue comprar boa semente, não tem técnicas de irrigação nem equipamento, não consegue armazenar a colheita e se calhar usa uma enxada como principal instrumento de trabalho, sem os benefícios da ciência moderna, a maior probabilidade é que continue a viver em pobreza extrema e a estar exposto a doenças e provações. A produção anual será um quarto, um quinto ou até um décimo daquilo que conseguiria produzir se tivesse equipamento adequado e alguma assistência.

Aquilo que se chama a «revolução verde» passa por trazer um pacote de tec-

A boa governação não é apenas uma etapa no desenvolvimento de um país, deve constituir um modo de vida

nologias, isto é, sementes, fertilizantes, irrigação e equipamentos, tudo o que está associado a uma boa colheita, para beneficiar os pequenos produtores. O objetivo é ajudar os agricultores mais pobres a modernizar a sua produção. Mas se não tiverem qualquer apoio, nem acesso a serviços financeiros, vão continuar a viver na pobreza. É preciso uma estratégia e um período de transição de dez anos, em que recebem assistência, para aprender a utilizar melhores equipamentos, abrir contas bancárias, organizarem-se em cooperativas e melhorar a terra.

Há uma série de grandes investidores que estão a entrar em África e que querem simplesmente expulsar os pobres das suas terras para pegar em grandes extensões, investir o seu capital para mecanizar a produção e produzir muitos alimentos, mas só para exportação, sem beneficiar a população local. É um grande desafio quando há muita fome, muita pobreza e, ao mesmo tempo, muita riqueza que está a entrar para comprar terrenos agrícolas.

Com a inclusão da África do Sul no grupo dos BRIC, que oportunidades poderão aparecer para o continente?

Penso que a mudança mais importante em toda a economia global é a ascensão da China. Aliás, esta é a mudança mais significativa para Moçambique. Se virmos o valor dos recursos carboníferos do país, podemos agradecer à robustez da economia chinesa como o principal desenvolvimento para Moçambique. O preço do carvão metalúrgico que vai exportar para a China praticamente triplicou, nos últimos anos, por causa da enorme procura que existe na China para carvão e outros recursos. Por isso, os BRICS já estão a transformar África. Mas surpreende-me um pouco que a África do Sul não esteja a desempenhar um papel mais amplo no seu país vizinho.

Qual deve ser o papel do cidadão comum?


O desenvolvimento é para toda a população, não apenas para uma pequena elite, e um país constrói-se com as competências, os talentos e a ajuda da sua população. Por

isso, o verdadeiro desenvolvimento em Moçambique só acontecerá se as receitas dos grandes projetos forem investidas nas pessoas, na educação de qualidade, em assistência médica, de modo a permitir que cada pessoa seja produtiva. A principal responsabilidade das famílias é garantir que as suas crianças são saudáveis, estão devidamente nutridas e têm uma boa educação. Se conseguirem fazer isso, ajudar a criar crianças saudáveis que possam ser produtivas na sociedade, Moçambique sem dúvida pode transformar-se.

Encara essas pessoas também como contribuintes fiscais?

Com o decorrer do tempo, serão. Mas neste momento são pequenos agricultores de subsistência em estado de pobreza. Por isso, estou mais interessado em utilizar as receitas fiscais dos grandes projetos do que em cobrar impostos ao cidadão comum.

Muitas vezes em Moçambique o poder político confunde-se com o poder económico. Encara isso como um desafio ou uma oportunidade?

Penso que um país deve construir instituições que permitam que os governos sigam um conjunto de procedimentos e normas claras. Se houver uma corrupção desenfreada e gestão danosa, a sociedade não pode funcionar. Por outro lado, se um Governo estiver focado no desenvolvimento e no futuro do país, funcionando dentro da legalidade, será uma enorme contribuição para o bem-estar das pessoas. As instituições moçambicanas estão ainda numa fase inicial e algo frágil. Mas diria também que, nos Estados Unidos, estamos a sofrer um surto de corrupção neste momento, o que mostra que até um país consolidado tem que batalhar constantemente pela boa governação, porque o poder das grandes empresas e os benefícios que pagam aos políticos, a capacidade de manipular a política em função de interesses privados, isso existe em todo o lado. Ou seja, a boa governação não é apenas uma etapa no desenvolvimento de um país, deve constituir um modo de vida. 

CRISTIANA PEREIRA